



**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU**  
**Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470**  
**Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

**Dados do Processo**

Processo: 201940601494	Distribuição: 24/09/2019
Número Único: 0050449-25.2019.8.25.0001	Competência: Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito
Classe: Procedimento Comum	Fase: POSTULACAO
Situação: Andamento	Processo Principal: *****
Processo Origem: *****	

**Assuntos**

- DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO - Partes e Procuradores - Assistência Judiciária Gratuita  
- DIREITO CIVIL - Responsabilidade Civil - Seguro Obrigatório - Invalidez

**Dados das Partes**

Requerente: CRISTIANO SOUZA DA SILVA  
Endereço: Rua Jaime Paulo  
Complemento: Casa 02  
Bairro: Santos Dumont  
Cidade: Aracaju - Estado: SE - CEP: 49087310  
Advogado: THAYLA JAMILLE PAES VILA 1193/A/SE  
Requerido: SEGURADORA LÍDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Endereço: Rua da Assembléia  
Complemento: Edf. City Tower, 16º andar  
Bairro: Centro  
Cidade: Rio de Janeiro - Estado: RJ - CEP: 20011000



**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU**  
**Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470**  
**Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

**Processos Apensados:**

--

**Processos Dependentes:**

--



Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU  
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470  
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

**PROCESSO:**

201940601494

**DATA:**

24/09/2019

**MOVIMENTO:**

Distribuição

**DESCRIÇÃO:**

Registro eletrônico de Processo Judicial sob nº 201940601494, referente ao protocolo nº 20190924123503079, do dia 24/09/2019, às 12h35min, denominado Procedimento Comum, de Assistência Judiciária Gratuita, Invalidez.

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Sim

---

**EXCELENTÍSSIMO JUIZ DE DIREITO DA \_\_\_\_ VARA CÍVEL DA COMARCA DE ARACAJU/SE**

**CRISTIANO SOUZA DA SILVA**, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob n. 067.675.905-09, portador do RG n. 3.643.681-0 SSP/SE, residente e domiciliado na Rua Jaime Paulo, n. 191, Casa 02, Santos Dumont, Aracaju/SE – CEP 49.087-310, vem *mui* respeitosamente à presença de Vossa Excelência, por meio de seus advogados que esta subscrevem (procuração anexa), ajuizar a presente.

<p><b><u>ACÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT</u></b></p>
---

Em face de **SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n. 09.248.608/0001-04, com sede na Rua da Assembléia, 100, 16º andar, Ed. City Tower, Centro, CEP: 20011-000, Rio de Janeiro, RJ, pelos fatos e fundamentos jurídicos que ora passa a expor:

---

**Sede - Av. Alvorada, 121, Jardim dos Estados, CEP 79.002-520 – Campo Grande - MS**  
Fone (67) 3211-9972 / 3211-9973;  
Rua Herculano Pena, n. 330, Centro Sala 01, CEP 79.400-000 - Coxim – MS;  
Rua Porto Alegre, n. 259, Siqueira Campos, sala 01, CEP 49.075-480 – Aracaju – SE;  
Travessa da Independência, n. 352, CEP 49.200-000 – Estância – SE.

---

## **I – DOS FATOS**

---

A Parte Autora sofreu acidente de trânsito entre moto x carro, ocorre que o carro invadiu a contramão e colidiu de frente com a moto, conforme Boletim de Ocorrência n. 008730/2019-A01, fato ocorrido em 08/06/2018 às 12h00min juntamente com o Prontuário Médico, a mesma foi então encaminhada para primeiros cuidados ao HUSE – Hospital Governador João Alves Filho, diante da gravidade das lesões, sendo constatado no momento oportuno **“Lesão conto-contusa extensa na perna direita, enxerto em MID, sultura de ferimento em MID”**.

Como mostra o Prontuário Médico, a Parte Autora em 08/06/2018 foi admitida no hospital em razão do acidente de trânsito sofrido, diante disso faz *jus* ao recebimento da Indenização do Seguro obrigatório – DPVAT em razão das lesões e permanentes que lhe afetam. Sendo que uma análise mais detalhada é encontrada nas páginas do prontuário médico, onde se descreve em termos médicos os procedimentos, bem como as minúcias da fratura.

A respeito do assunto abordado, é sempre oportuno relembrar, que o corpo humano é dividido classicamente em cabeça e pescoço, tronco e membros, nos termos abaixo:

1. **Cabeça e pescoço** - inclui tudo que está acima da abertura torácica superior.
2. **Membro superior** - inclui a mão, antebraço, braço, ombro, axila, região peitoral e região escapular.
3. **Tórax** - é a região do peito compreendida entre a abertura torácica superior e o diafragma torácico.
4. **Abdômen** - é a parte do tronco entre o tórax e a pelve.
5. **Costas** - a coluna vertebral e seus componentes, as vértebras e os discos intervertebrais.
6. **Pelve e períneo** - sendo aquele a região de transição entre tronco e membros inferiores e este a região superficial entre sínfise púbica e cóccix.

---

7. **Membro inferior** - geralmente é tudo que está abaixo do ligamento inguinal, incluindo a coxa, articulação do quadril, perna e pé. (grifou-se).

Posto isto, não lhe restou alternativa, senão procurar a tutela jurisdicional para ter seus direitos resguardados, haja vista que do ato negligente praticado pela Empresa Requerida, veio lhe acarretar diversos prejuízos, os quais serão considerados linhas abaixo.

## **II - PRELIMINARMENTE**

### **II.1 - DA LEGITIMIDADE PASSIVA**

---

Inicialmente, faz-se necessário demonstrar a Legitimidade Passiva para a presente causa, tendo em vista ser uníssono o entendimento de que, qualquer uma das Seguradoras da Sociedade Seguradora Nacional do Convênio DPVAT responde pelo pagamento da indenização em virtude do Seguro Obrigatório, tudo nos termos do art. 7º, da Lei n. 8.441/92, *in verbis*:

**Art 7º.** A indenização por pessoa vitimada por veículo não identificado, com seguradora não identificada, seguro não realizado ou vencido, será paga nos mesmos valores, condições e prazos dos demais casos por um consórcio constituído, obrigatoriamente, por todas as sociedades seguradoras que operem no seguro objeto desta lei.

**§1º.** O consórcio de que trata este artigo poderá haver regressivamente do proprietário do veículo os valores que desembolsar, ficando o veículo, desde logo, como garantia da obrigação, ainda que vinculada a contrato de alienação fiduciária, reserva de domínio, *leasing* ou qualquer outro.

Neste tocante, a Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é pacífica, senão vejamos:

**SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. Consórcio. Legitimidade de** qualquer seguradora que opera no sistema. De acordo com a legislação em vigor, que instituiu sistema elogiável e satisfatório para o interesse de todas as partes envolvidas, qualquer seguradora que opera no sistema pode ser acionada para pagar o valor da indenização, assegurado seu direito de regresso. Precedente. Recurso conhecido e provido. (STJ - REsp: 401418 MG 2001/0194323-0, Relator: Ministro RUY

---

ROSADO DE AGUIAR, Data de Julgamento: 23/04/2002, T4 -  
QUARTA TURMA, Data de Publicação: DJ 10.06.2002 p. 220)

Portanto, nota-se que é entendimento pacífico na Jurisprudência pátria que, o pagamento do referido seguro deverá ser efetuado por qualquer seguradora privada integrante do consórcio instituído pela Resolução 1/75, do CNSP. Analisa-se o seguinte julgado que corrobora ao entendimento:

**FACULDADE DE ESCOLHA DA SEGURADORA FINALIDADE DO VEÍCULO. IRRELEVANCIA.** Qualquer seguradora responde pelo pagamento da indenização do seguro obrigatório, pouco importando a condição do veículo e a finalidade a que se destina, desfeito torna-se a imposição de limites por Resolução. (Acórdão nº 2.115/01, proferido nos autos do Recurso nº 926/01, publicado do DJ-MA em 06/07/01).

Por todo explanado, é o entendimento razoável que, a Parte Autora deve ter sua problemática dirimida pela **SEGURADORA LÍDER**.

## **II.2 – DO INTERESSE DE AGIR**

---

Quanto a eventual alegação por parte da Requerida, no que tange a matéria da falta de interesse de agir da Parte Autora, a Constituição Federal assegura, em seu art. 5º, XXXV, abaixo:

**Art. 5º. *omissis***

(...)

**XXXV** - A lei não excluirá da apreciação do poder judiciário lesão ou ameaça a direito.

Deste modo, a Parte Autora não é obrigada a se submeter às "vaidades" administrativas das seguradoras do convênio DPVAT para ver atendido seu direito legal. Assim, suscitar a falta de INTERESSE DE AGIR, caracteriza total desentendimento com a Constituição Federal, tal entendimento pode-se verificar através da jurisprudência do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul:

---

**Sede - Av. Alvorada, 121, Jardim dos Estados, CEP 79.002-520 – Campo Grande - MS**

Fone (67) 3211-9972 / 3211-9973;

Rua Herculano Pena, n. 330, Centro Sala 01, CEP 79.400-000 - Coxim – MS;

Rua Porto Alegre, n. 259, Siqueira Campos, sala 01, CEP 49.075-480 – Aracaju – SE;

Travessa da Independência, n. 352, CEP 49.200-000 – Estância – SE.

---

**APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO. FALTA DE INTERESSE DE AGIR. NÃO ESGOTAMENTO DA VIA ADMINISTRATIVA. IRRELEVÂNCIA. SENTENÇA NULA. RECURSO PROVIDO.** Em se tratando de pagamento do seguro obrigatório DPVAT, não é necessário o esgotamento da esfera administrativa para o recebimento da indenização, tendo a parte interessada prerrogativa de ajuizar a demanda diretamente perante o Poder Judiciário. (TJ/MS; 4ª Câmara Cível; Rel. Des. Paschoal Carmello Leandro; Apelação nº 0821049-37.2012.8.12.0001 – Campo Grande; Julgado em 10.12.2013 – grifou-se).

Importante salientar que, as seguradoras conveniadas ao seguro DPVAT sempre dificultam o pagamento de sua obrigação por via administrativa, solicitando vasta documentação, o que por sua vez prorroga ao máximo o pagamento da indenização devida. Não obstante, quando ocorre o pagamento, não cumprem a legislação vigente em razão da mora. Logo, não está obrigado a Parte Autora a receber valor inferior ao Legal ou de modo exclusivo ao administrativo, ficando assim explícito o INTERESSE DE AGIR.

### **III – MÉRITO**

---

A previsão legal do pedido encontra-se na Lei 6.194/74, que "*dispõe sobre seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não*", com a última alteração da lei 11.945/09. Vejamos o que anota tal Diploma Legal:

**Art. 3.** Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

**I** – R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;

**II** - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e

**III** - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.

**§1º.** No caso da cobertura de que trata o inciso II do **caput** deste artigo,

---

Sede - Av. Alvorada, 121, Jardim dos Estados, CEP 79.002-520 – Campo Grande - MS

Fone (67) 3211-9972 / 3211-9973;

Rua Herculano Pena, n. 330, Centro Sala 01, CEP 79.400-000 - Coxim – MS;

Rua Porto Alegre, n. 259, Siqueira Campos, sala 01, CEP 49.075-480 – Aracaju – SE;

Travessa da Independência, n. 352, CEP 49.200-000 – Estância – SE.



deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo:

**I** - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura; e

**II** - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais.

**§2º.** Assegura-se à vítima o reembolso, no valor de até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais), previsto no inciso III do **caput** deste artigo, de despesas médico-hospitalares, desde que devidamente comprovadas, efetuadas pela rede credenciada junto ao Sistema Único de Saúde, quando em caráter privado, vedada a cessão de direitos.

**§3º.** As despesas de que trata o § 2º deste artigo em nenhuma hipótese poderão ser reembolsadas quando o atendimento for realizado pelo SUS, sob pena de descredenciamento do estabelecimento de saúde do SUS, sem prejuízo das demais penalidades previstas em lei.

Nota-se, da tabela/anexo I, constante da Lei sob nº 6.194/74, devidamente modificada pela Lei 11.487/07, que a gravidade da lesão sofrida pela parte Autora, faz jus ao pagamento de indenização na proporção de 70% (setenta por cento) do teto da remuneração paga pelo Seguro DPVAT, ou seja, R\$9.450,00 (nove mil, quatrocentos e cinquenta reais). Isto porque se enquadra no seguinte quesito: Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores, conforme explicitado abaixo:

<b>Danos Corporais Segmentares (Parciais) Repercussões em Partes de Membros Superiores e Inferiores</b>	<b>Percentuais das Perdas</b>
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores.	70

**Sede - Av. Alvorada, 121, Jardim dos Estados, CEP 79.002-520 – Campo Grande - MS**

Fone (67) 3211-9972 / 3211-9973;

Rua Herculano Pena, n, 330, Centro Sala 01, CEP 79.400-000 - Coxim – MS;

Rua Porto Alegre, n. 259, Siqueira Campos, sala 01, CEP 49.075-480 – Aracaju – SE;

Travessa da Independência, n. 352, CEP 49.200-000 – Estância – SE.

Como se vê nos termos exegéticos, indubitável é a aplicação do percentual acima mencionado, afinal a lesão ocorreu em um membro importante para o cotidiano da vítima, portanto, sem sombra de dúvidas, enquadra-se no quesito “**membro inferior**” da Lei.

De outro viés, as consequências pós-operatórias em fraturas deste tipo são de fato prejudiciais ao pleno desenvolvimento funcional, afinal quando se está a falar de uma lesão de tal magnitude, inevitavelmente menciona-se o comprometimento de todo e qualquer movimento, ou de membros que exigem o pleno desenvolvimento deste.

Neste ínterim, evidenciado o dano sofrido no evento, incontestável que a Parte Autora faz jus ao enquadramento com o percentual previsto na tabela constante da Lei nº 6.194/74, de 70% (setenta por cento), almejando este Autor **somente a justa indenização**.

#### **IV - DO VALOR INDENIZATÓRIO DO SEGURO DPVAT**

Nesta corrente, diante da gravidade das lesões sofridas pela Parte Autora, cabe a ele a fixação do seguro DPVAT em 70% (setenta por cento) do máximo previsto, conforme laudo médico em anexo, o que será confirmado pela perícia a ser realizada posteriormente.

Acerca do assunto já se posicionou este egrégio Tribunal de Justiça:

E M E N T A - APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA - SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT - QUANTUM INDENIZÁVEL - APLICAÇÃO DA LEI N. 11.945/09 - POSSIBILIDADE - PRINCÍPIO DO TEMPUS REGIT ACTUM - DISTINÇÃO ENTRE INVALIDEZ TOTAL OU PARCIAL - RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. A redação do art. 3º da Lei 6.194/74, recentemente alterado pela Lei 11.945/09, é aplicável aos fatos ocorridos após sua entrada em vigor, ou seja, 15 de dezembro de 2008. Como, no presente caso, o sinistro data de 18.01.2009, deve ser levado em consideração o grau de comprometimento do membro, sentido ou função, quando do arbitramento do quantum da indenização. Recurso conhecido, porém improvido. Decisão mantida. (TJMS - Apelação Cível - Sumário - N. 2010.014828-4/0000-00 - Três Lagoas - Rel. - Exmo. Sr. Des. João Maria

---

Lós - 1ª Turma Cível - Julgamento 21.09.2010). (grifou-se).

Ao dispor sobre os requisitos necessários ao recebimento da indenização do seguro obrigatório, a Lei n. 6.194/74, em seu artigo 5º, expressamente condiciona a procedência do pedido à simples prova do acidente e do dano decorrente, *in verbis*:

**Art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente**, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado. (grifou-se)

De fato, não resta dúvida que a Parte Autora sofreu acidente automobilístico na data relacionada no B.O, já citado, a mesma que se encontra no prontuário médico emitido pela Unidade de Saúde.

Acerca do tema, a jurisprudência é dominante, no seguinte sentido:

**E M E N T A - APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT. ACIDENTE OCORRIDO SOB A VIGÊNCIA DA MEDIDA PROVISÓRIA N. 451/2008 CONVERTIDA NA LEI N. 11.945/2009. INVALIDEZ PERMANENTE. INDENIZAÇÃO FIXADA NA TABELA ANEXA À REFERIDA LEI. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. As indenizações por invalidez permanente decorrentes de acidente automobilístico ocorrido após a entrada em vigor da Medida Provisória n. 451/2008, posteriormente convertida na Lei n. 11.945/2009, devem ser pagas de acordo com a tabela contida na referida Lei de regência.** No que tange à correção monetária, não obstante tenha me posicionado em outras oportunidades no sentido de que sua incidência, nesses casos, deveria se dar a partir da data do sinistro, entendo que o critério mais adequado é aquele que prevê considerar a atualização do montante de R\$ 9.450,00 de modo a fazê-lo retroagir à data de vigência da Medida Provisória n. 340/2006, sob pena de tornar inócuo o objetivo da legislação que regulamenta a questão, a qual possui nítido caráter. Contudo, não tendo havido recurso da parte autora nesse sentido, deve ser mantida a data da incidência da correção consoante consta na decisão recorrida.  
**(TJMS - Apelação Cível - Ordinário - N. 2012.019797-7 - Três Lagoas - Rel. - Exmo. Sr. Des. SÉRGIO FERNANDES MARTINS -**

---

**1ª Câmara Cível - Julgamento 17.07.2012).** (grifou-se).

Desse modo, nos termos da Lei nº 6.194/74, cabe à parte Autora o pagamento de indenização de 70% (setenta por cento), valor máximo do seguro DPVAT, qual seja, R\$ 9.450,00 (nove mil, quatrocentos e cinquenta reais), o que se confirma pela simples análise detida dos documentos acostados, o que será confirmado pela perícia a ser realizada.

Desta forma, o não pagamento do valor devido ao Requerente, proporcional à extensão de danos sofridos por este último, encontra óbice no entendimento já pacificado do Superior Tribunal de Justiça, conforme a Súmula 474: *“A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez”*.

De mais a mais, resta visível que não foi paga a quantia devida pela requerente, não se retrata na atual situação daquele, uma vez que teria direito ao recebimento da quantia de R\$ 9.450,00 (nove mil, quatrocentos e cinquenta reais), haja vista a dor e graves ferimentos experimentados.

#### **V - DA PERÍCIA**

---

A medida cabível para a atual situação da Parte Autora é a verificação das lesões suportadas pela mesma, através da realização de um laudo médico/perícia, que apure a real situação do segurado.

Desta forma, se faz necessário o levantamento de dados, apuração do grau de invalidez do mal experimentado pela Parte Requerente, o que se dará por intermédio de uma perícia médica específica.

No caso em tela se faz imperioso, num primeiro momento, apontar a real situação do vitimado e a gravidade das lesões sofridas, para posterior caracterização do valor

---

pertinente ao enquadramento da indenização.

Assim, de forma a demonstrar o grau de invalidez acometida pela Parte Autora, deve ser realizado exame médico pericial, o qual apontará a natureza das lesões mencionadas, para, em momento posterior, concluir sobre a classificação dos danos, segundo a tabela exposta na Lei n. 6.194/74.

## **VI – DA APLICAÇÃO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA**

---

No presente caso verifica-se que o Seguro de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres é um serviço posto à disposição do consumidor pela seguradora. Assim, a relação jurídica entre o segurado e a seguradora, ora Ré, é nitidamente uma relação de consumo protegida pelo Código de Defesa do Consumidor.

O CDC é nítido ao dispor que fornecedor é toda pessoa, pública ou privada, que disponibilize produtos ou forneça serviços, inclusive de natureza securitária, equiparando-se aos consumidores todas as vítimas do evento, tais como o beneficiário do seguro obrigatório (DPVAT), vitimado em acidente causado por veículo automotor.

Acerca do tema, a jurisprudência tem entendido no seguinte sentido:

**AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. COMPLÇÃO DE SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). - CDC. APLICABILIDADE. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. POSSIBILIDADE. - PERÍCIA. REQUERIMENTO DO AUTOR. HONORÁRIA. INTERLOCUTÓRIO COM DETERMINAÇÃO PARA A SEGURADORA PAGAR A PERÍCIA. IMPOSSIBILIDADE. INTELIGÊNCIA DO ART. 33, DO CPC. AUTOR BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA. ART. 3º, V, DA LEI N. 1.060/50. RECOLHIMENTO AO FINAL. - DECISÃO REFORMADA. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. Embora não seja típica relação securitária, é aplicável o Diploma Consumerista aos seguros obrigatórios, notadamente porque as**

**partes se enquadram nos conceitos de fornecedor e consumidor (arts. 2º e 3º do CDC).** Possível, ademais, a inversão do ônus da prova, mormente quando ausente qualquer impugnação específica quanto ao preenchimento de seus requisitos. - "Na linha da jurisprudência da Corte, a inversão do ônus da prova, deferida nos termos do art. 6º, VIII, do Código de Defesa do Consumidor, não significa transferir para a parte ré o ônus do pagamento dos honorários do perito, embora deva arcar com as consequências de sua não-produção." (STJ. Recurso especial n. 651.632/BA, Terceira Turma. Rel. Min. CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, j. em 27.03.2007). (TJ-SC - AI: 522545 SC 2010.052254-5 - Blumenau, Quinta Câmara de Direito Civil; Relator: Henry Petry Junior, Data de Julgamento: 06/09/2011, grifou-se, sic).

Destaca-se que não pairam dúvidas sobre a relação consumerista entre as partes, devendo, ademais, ser concedida a inversão do ônus de prova, conforme dispõe o art. 6º, inciso VIII, do CDC. Cite-se:

**Art. 6º** São direitos básicos do consumidor:  
(...)

**VIII** - a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências;

De mais a mais, verifica-se a verossimilhança das alegações, diante da gravidade das lesões sofridas pela Parte Requerente, demonstradas pelo prontuário médico, e Boletim de Ocorrência.

Nesse sentido:

**AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. POSSIBILIDADE. APLICABILIDADE DO CDC. PEDIDO DE EXPEDIÇÃO DE OFÍCIO AO IML PARA ATESTAR A EXISTÊNCIA DE INVALIDEZ. ART. 5º, § 5º DA LEI 6.194/74. IMPOSSIBILIDADE. VIA ADMINISTRATIVA. PERÍCIA JUDICIAL. APLICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DO CONTRADITÓRIO, AMPLA DEFESA E CELERIDADE**

---

**PROCESSUAL. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.**

1. O seguro DPVAT está então inserido em contrato tipicamente de consumo, sujeito às normas expressas pelo CDC, que admite, como forma de facilitação da defesa dos direitos do consumidor, a inversão do ônus da prova, desde que presentes os requisitos da verossimilhança das alegações do consumidor e a comprovação de sua hipossuficiência.

2. O laudo do Instituto Médico Legal é colocado à disposição da vítima para que esta possa pleitear a indenização pela via administrativa de modo que a realização da perícia judicial não afronta o contido no artigo 5º, § 5º da Lei 6.194/74, até porque tal prova será produzida sobre o crivo da ampla defesa e do contraditório.

(TJ-PR - AI: 7323020 PR 0732302-0, 10ª Câmara Cível; Relator: Arquelau Araujo Ribas, Data de Julgamento: 12/05/2011, grifou-se)

Dessa forma, necessário o reconhecimento da aplicação do Código de Defesa do Consumidor ao caso em tela, bem como o mister de ser realizada a inversão do ônus da prova.

Ademais, na hipótese de não se entender pela aplicação do CDC ao caso concreto, ainda assim deve ser realizada a inversão do ônus da prova, visto que a situação de direito material do caso em tela autoriza que o referido ônus seja tratado de forma diferenciada.

Nesse sentido, está caracterizada a vulnerabilidade técnica e a hipossuficiência da Parte Autora, diante da dificuldade de suportar os encargos para a produção da prova pericial, necessária à demonstração dos fatos constitutivos de seu direito<sup>1</sup>.

## **VII– DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA**

Por fim, pretende a Parte Autora que lhe seja concedida os benefícios da Justiça Gratuita, nos termos do inciso LXXIV, do art. 5º, da Constituição Federal, *in verbis*:

**Art. 5º.** omissis

(...)

**LXXIV** – o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que

---

<sup>1</sup> MARINONI, Luis Guilherme; e ARENHART, Sérgio Cruz. Código de Processo Civil, vol 2, processo de conhecimento, 6ª ed., São Paulo, Ed. Revista dos Tribunais, 2007, página 267.



---

comprovarem insuficiência de recursos;

Bem como nos termos do art. 99º, parágrafos 1ª, 3ª e 4ª, da Lei 13.105/15, conforme *in verbis*:

**Art. 99.** O pedido de gratuidade da justiça pode ser formulado na petição inicial, na contestação, na petição para ingresso de terceiro no processo ou em recurso.

§ 1º Se superveniente à primeira manifestação da parte na instância, o pedido poderá ser formulado por petição simples, nos autos do próprio processo, e não suspenderá seu curso.

(...)

§ 3º Presume-se verdadeira a alegação de insuficiência deduzida exclusivamente por pessoa natural.

§ 4º A assistência do requerente por advogado particular não impede a concessão de gratuidade da justiça.

E da Lei 7.115, de 29.08.1983, visto que é desprovida de recursos suficientes para arcar com as despesas processuais oriundas da demanda, consoante declaração de hipossuficiência anexa, quais sejam, **pagar às custas do processo e os honorários de advogado**, sem prejuízo do próprio sustento e de sua família.

## **VIII – DOS PEDIDOS**

---

Diante do exposto, requer a Vossa Excelência:

a) **Julgar procedente, em sua totalidade os pedidos formulados na presente peça processual, CONDENANDO** a empresa Ré ao pagamento da indenização do Seguro obrigatório no valor total correspondente a R\$ 9.450,00 (nove mil, quatrocentos e cinquenta reais), a ser corrigido com juros a partir da citação, nos termos da Súmula 426 do STJ e correção monetária desde a data do acidente, de acordo com as súmulas 43 e 54 do mesmo códex;



---

b) **Subsidiariamente, condenar** a Requerida ao pagamento em valor proporcional à gravidade da lesão apurada em exame medico pericial;

c) Caso constatado em perícia médica realizada que a parte autora permaneceu com a mesma lesão da esfera administrativa, **que seja a Requerida condenada ao pagamento dos juros e correção monetária nos termos da Súmula n. 580 c/c Súmula n. 426 ambas do STJ, uma vez que a Ré ao efetivar o pagamento administrativo não realiza a atualização dos valores a partir da data do acidente, adimplindo apenas o valor principal da tabela;**

d) **Determinar a citação da Requerida**, conforme previsto no artigo 280 NCPC, no endereço preambularmente aposto, para que apresente contestação nos moldes exigidos;

e) **Diante da nova exigência do NCPC**, como no presente caso nunca há conciliação prévia sem o resultado da perícia a ser realizada, informo desde já o desinteresse na conciliação por ser impossível;

f) **Conceder os benefícios da justiça gratuita** por assim necessitar, não podendo a parte Autora dispor de meios suficientes para demandar em juízo sem prejuízo próprio, nos moldes da Lei n. 1.060/50;

g) **Seja concedido a inversão do ônus da prova**, nos termos do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor, e artigo 373, inciso II do NCPC;

h) **Condenar a Requerida ao pagamento das custas processuais e demais consectários legais**, bem como ao pagamento dos honorários advocatícios, a serem fixados em 20% (vinte por cento), nos termos do art. 85 e seguintes do Novo Código de Processo Civil, fixados por apreciação equitativa conforme Art. 85, § 8º do CPC, ou valor correspondente a resolução 02/2015-OAB/MS caso aplicado o Art. 85, § 2º do CPC;

---

**i) Determinar a realização de perícia médica**, a ser custeada pela Requerida, acerca da natureza e extensão dos danos causados a parte Autora, devendo ser respondido pelo perito oficial os quesitos formulados que acompanham a presente inicial.

Protesta por todos os meios de prova em direito admitidas, em especial a pericial, bem como requer que seja nomeado perito (especialista) por este D. Juízo para responder os quesitos que segue.

Por fim, requer que todas as intimações e publicações sejam realizadas, exclusivamente, em nome da advogada **THAYLA JAMILLE PAES VILA – OAB/SE 1.193 A**, sob pena dos efeitos de nulidade.

Dá-se à causa o valor de **R\$ 9.450,00 (nove mil quatrocentos e cinquenta reais)**.

Nestes termos, pede deferimento.

Campo Grande – MS, 20 de setembro de 2019.

**Thayla Jamille Paes Vila**  
**OAB/SE 1.193 A**

**Thayla Jamille Paes Vila**  
**OAB/MS 16.317**

**Arthur Andrade Francisco**  
**OAB/MS 16.303**

**Rafael Coldibelli Francisco Filho**  
**OAB/MS 15.878**

---

**QUESITOS PERITO:**

- 1) Queira o Sr. Perito elucidar quanto aos danos físicos sofridas pela Parte Autora, se estes são provenientes do acidente ocorrido.
- 2) Apontar se houve limitação/invalidez permanente e se é possível descrever o local dos traumas, lesões, fraturas, bem como se são compatíveis com o prontuário.
- 3) Informar se as fraturas geraram perda óssea, limitação dos movimentos e perda ou diminuição de força dos membros/órgãos afetados.
- 4) Queira o Sr. Perito quantificar o grau de invalidez do periciado nas atividades rotineiras, para o lazer e demais atividades do cotidiano, tais como correr, pular, caminhar por longas distâncias, etc.
- 5) Queira o Sr. Perito esclarecer acerca da extensão do dano, especialmente se houve limitações físicas ou consequências danosas a órgãos não afetados diretamente pela lesão, mas prejudicados em razão desta.
- 6) Queira o Sr. Perito esclarecer algo que considere conveniente falar sobre a situação fática.
- 7) Se houve invalidez permanente total ou parcial.
- 8) Se parcial, de acordo com a tabela anexa a Lei 6.194/74 artigos 3º, §1º, II, alterada pela Lei nº 11.945/09, se esta é considerada como perda anatômica funcional de repercussão intensa, média repercussão, leve repercussão ou apenas sequela residual.

**OUTORGANTE:** Nome Cristiano Souza da Silva,  
nacionalidade Brasileiro, estado civil solteiro, profissão juiz,  
inscrito no CPF 067.675.905-09 e RG 3.643.681-0, residente e domiciliado na  
Rua Jaime Dantas, n. 100,  
bairro Santo Dumeni, CEP 49087-310 na cidade de Jacaré.

**OUTORGADOS:** COLDIBELLI ADVOGADOS sociedade de advogados inscrita sob n. de ordem 672/2014, inscrita no CNPJ n. 22.251.902/0001-33, neste ato representada por seus sócios, "ARTHUR ANDRADE FRANCISCO, brasileiro, solteiro, advogado, regularmente inscrito na OAB/MS sob o n. 16.303 "e" RAFAEL COLDIBELLI FRANCISCO FILHO, brasileiro, divorciado, advogado, regularmente inscrito na OAB/MS sob o n. 15.878" e THAYLA JAMILLE PAES VILA, brasileira, casada, advogada, regularmente inscrita na OAB/MS sob o n. 16.317, todos com endereço profissional na Avenida Alvorada, n. 121, CEP 79.002-520, Campo Grande (MS), Telefone: (67) 3211-9972 / 3211-9973, na Rua Porto Alegre, n. 259, Bairro Siqueira Campo, sala 01 CEP 49.075-480, Aracaju - SE, e, Tv. Independência, n. 52, CEP 49.200-000, Estância - SE.

**PODERES ESPECÍFICOS:** para o foro em geral, previstos no art. 5º e parágrafos, da Lei n. 8.906/94 (Estatuto da Advocacia e a OAB), inclusive quanto aos poderes especiais de que tratam o art. 105 do CPC, confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação, receber, dar quitação, exceto receber citação, que também são outorgados, para praticar todos os atos necessários à defesa do interesse do outorgante, incluindo as cláusulas **EXTRA** e **AD JUDICIA**, para representação em juízo ou fora dele, em qualquer instância ou alçada, podendo praticar todos os atos que se fizerem necessários ao bom e fiel cumprimento deste mandato, podendo, inclusive, substabelecer com ou sem reservas os poderes ora outorgados, além de requerer justiça gratuita e assinar declaração de hipossuficiência econômica, nos termos do artigo 105 do NCPC/15 e da súmula do TST 463, bem como com poderes para negociar e transigir, nos termos do artigo 334, parágrafo 10, **ESPECIALMENTE** para propor

Jacaré

17/09/2019

x Cristiano Souza da Silva

DECLARAÇÃO PARA BENEFÍCIO DA JUSTIÇA GRATUITA

Eu, Crustiano Souza da Silva,  
nacionalidade Brasileiro, estado civil Solteiro, profissão gênero,  
inscrito no CPF 067.675.905.09 e RG 3.643.681.0, residente e domiciliado a  
Rua Prime Paulo n. 10 bairro  
Santos Dumont CEP 17087310 na cidade de Jacofu/SE,

DECLARA, nos termos do artigo 5º, inciso, LXXIV, da Constituição Federal, c/c art. 4º da Lei n. 1.060, de 05 de fevereiro de 1950 e artigo 98º e seguintes da Lei 13.105/2015 do NCPC; para os devidos fins, que é pobre na acepção jurídica do termo, não dispondo no momento de condições econômicas para arcar com eventual ônus processual, ou seja, especialmente **pagar as custas do processo e os honorários de advogado**, sem prejuízo do próprio sustento e de sua família. Requeiro, ainda que os benefícios abranjam a todos os atos do processo.

Por ser expressão de verdade, e com base na Lei 7.115, de 29 de agosto de 1983, está assumindo inteira responsabilidade pelas declarações acima prestadas, sob as penas da lei, assinando a presente declaração, buscando assim, os benefícios da justiça gratuita.

Jacofu/SE 17/04 / 2019

\* Crustiano Souza da Silva  
Declarante



[illegible]

# DOCUMENTO PARA PAGAMENTO

Documento sem valor fiscal.

Documento não é segunda-via de conta.

Boleto para simples pagamento da nota fiscal/conta de energia elétrica.: Nº 009.837.295



ENERGISA SERGIPE-DISTRIB. ENERGIA SA  
Rua Min Apolonio Sales, 81 - Inacio Barbosa  
Aracaju / SE - CEP 49040-150  
CNPJ 13.017.462/0001-63 Insc.Est. 270.767.436

## DADOS DO CLIENTE

JOSEANE ALVES DE ANDRADE  
RUA JAIME PAULO 0191 CASA 2  
ARACAJU

## CDC - CÓDIGO DO CONSUMIDOR

**3/368253-1**

### REFERÊNCIA

**JAN/2019**

### APRESENTAÇÃO

**07/01/2019**

### CONSUMO

**127**

### VENCIMENTO

**26/01/2019**

### TOTAL A PAGAR

**R\$ 68,02**

Acesse: [www.energisa.com.br](http://www.energisa.com.br)



DESTAQUE AQUI

JOSEANE ALVES DE ANDRADE

Roteiro: 02-001-231-2460

83600000000-7 68020148000-0 03682532019-9 01700001019-3

### VENCIMENTO

26/01/2019

### TOTAL A PAGAR

R\$ 68,02

### MATRÍCULA

368253-2019- 01-7





GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE  
POLÍCIA CIVIL  
DELEGACIA MUNICIPAL DE CAPELA - CAPELA - SE

BOLETIM DE OCORRÊNCIA

Nº: 008730/2019-A01

DADOS DO REGISTRO

Data/Hora Início do Registro: 23/01/2019 11:28 Data/Hora Fim: 23/01/2019 11:29  
Delegado de Polícia: Carlos Frederico Santos e Muncy Souza

DADOS DA OCORRÊNCIA

Atendimento: Delegacia Municipal de Capela  
Data/Hora do Fato: 08/06/2018 12:00

Local do Fato

Município: Capela (SE)

Bairro: Centro

Endereço de Referência: Em frente a AASB  
Tipo de Local: Via Pública

Natureza	Meio(s) Empregado(s)
20035 - Acidente Com Lesões	Não Houve

ENVOLVIDO(S)

Nome Civil: CRISTIANO SOUZA DA SILVA (VITIMA, COMUNICANTE)  
Nacionalidade: Brasileira Naturalidade: SE - Nossa Senhora Sexo: Masculino Nasc: 28/02/1991  
Profissão: Ajudante Geral  
Estado Civil: Solteiro(a)  
Nome da Mãe: Mara Jose Marinho de Souza Nome do Pai: Adenaldo da Silva

Documento(s)

RG - Carteira de Identidade: 3.643.681-0

Endereço

Localidade: Aracaju - SE  
Logradouro: Rua Janepal  
Bairro: Santos Dumond  
Telefone: (79) 99904-3381 (Celular)

Nº: 191

OBJETO(S) ENVOLVIDO(S)

Nenhum Objeto Informado

RELATO/HISTÓRICO

Relato o comunicante que no dia, hora e local supracitado estava conduzindo o veículo marca/modelo Honda/CG 125 Today, cor preta, placa HZE-5906 quando um outro veículo marca/modelo VW/Santana, cor cinza, placa HZR-5535, em nome de Valdir, Avulso, invadiu a contramão e colidiu de frente com o comunicante. QUE o comunicante estava sozinho. QUE o indolente do Santana parou e prestou socorro. QUE a ambulância da cidade o levou para o hospital e de lá foi transferido para o HUSE, nesta capital. QUE a pancada pegou sua perna direita. QUE o comunicante perdeu parte do músculo dessa perna. QUE passou 40 dias internado no HUSE, recebeu alta médica no dia 18/07/2018. QUE o comunicante não possui CNH, e estava fazendo entregas de mercadorias para o mercadinho onde trabalha. QUE a moto pertence a esse mercadinho.

Diogo Henrique S. de A. Silva  
Delegado de Polícia Civil

Delegado de Polícia Civil Carlos Frederico Santos e Muncy Souza  
Impresso por: Diogo Henrique Silva de Araújo  
Data de Impressão: 23/01/2019 11:29  
Protocolo nº: Não disponível

Página 1 de 2

PPE - Procedimentos Policiais Eletrônicos






GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE  
POLÍCIA CIVIL  
DELEGACIA MUNICIPAL DE CAPELA - CAPELA - SE

BOLETIM DE OCORRÊNCIA

Nº: 008730/2019-A01

ASSINATURAS

  
Diogo Henrique Silva de Araújo  
Responsável pelo Atendimento

  
Cristiano Souza da Silva  
(Vítima / Comunicante)

"Declaro para os devidos fins do direito que existiu(a) único(a) responsável pelas informações acima apresentadas e deixo meu poder de responder civil e criminalmente pela presente declaração que dei origem, conforme previsto nos Artigos 339-Denúncia Caluniosa e 340-Comunicação Falsa de Crime ou de Contravenção do Código Penal Brasileiro."

NOME DO PACIENTE: Cristiano Souza de Silva  
DATA DA ENTRADA: 08/06/2018  
DATA DA SAÍDA: 18/07/2018

Obs.: Dados obtidos mediante análise do prontuário, sem ter contato profissional com o paciente, isto é, a responsabilidade do atendimento cabe aos médicos que o assistiram.

INTERNAMENTO: PS (X) ENFERMARIA (X) UTI ( )

HISTÓRICO CLÍNICO:

Paciente vítima de acidente de trânsito (colisão entre motocicleta e carro), deu entrada no HUSC lesado, supracitado, apresentando lesão contusa extensa na perna direita.  
Foi submetido a sutura dos ferimentos em centro cirúrgico em 08/06/18.  
Em 10/07/18 realizada enxertia em área cruenta da perna direita.  
Incluiu sem no pós-operatório.

HISTÓRICO CIRÚRGICO:

Aci me.

EXAMES COMPLEMENTARES:

Radiografias  
Exames laboratoriais.

MÉDICOS ASSISTENTES:

Dr Paulo Cz Viana - CRM 2050  
Dr Moema Santana - CRM 2471  
Dr Eduardo Benek - CRM 5573  
Dr Durval Maynard - CRM 1284  
Dr Trazah Wynne Cardoso - CRM 742  
Dr Juliana Costa dos Santos - CRM 1889

CONDIÇÕES DE ALTA: MELHORADO (X) TRANSFERIDO ( ) ÓBITO ( )

ARACAJU, 3 de setembro de 2018

Silva

Selma T. da C.S. Montalvão  
Médica  
CRM 1532

MS/DATASUS

HOSPITAL GOVERNADOR JOAO ALVES FILHO

No. DO BE: 1737312  
CNS:DATA: 08/06/2018  
SETOR: 06-SUTURA

HORA: 13:37

USUARIO: ACFERREIRA

## IDENTIFICACAO DO PACIENTE

NOME : CRISTIANO SOUZA DA SILVA DOC....  
IDADE..... 27 ANOS NASC: 28/02/1991 SEXO...: MASCULINO  
ENDERECO..... RUA CAMPO DA VIA ACAO NUMERO: 02  
COMPLEMENTO.... 700207959670725 BAIRRO: CENTRO  
MUNICIPIO..... CAPELA UF: SE CEP....: 49700-000  
NOME PAI/MAE...: ADENOALDO DA SILVA /MARIA JOSE MARINHO DE SOUZA  
RESPONSAVEL....: ESPOSA SIMONE TEL....: 79/9  
PROCEDENCIA....: CAPELA  
ATENDIMENTO....: TRAUMA  
CASO POLICIAL..: NAO PLANO DE SAUDE.....: NAO TRAUMA: NAO  
ACID. TRABALHO: NAO VEIO DE AMBULANCIA: NAO

PA: [ X ] mmHg ] PULSO: [ ] TEMP.: [ ] PESO: [ ]

EXAMES COMPLEMENTARES: [ ] RAO X [ ] SANGUE [ ] URINA [ ] TC  
[ ] LIQUOR [ ] ECG [ ] ULTRASSONOGRAFIA

SUSPEITA DE VIOLENCIA OU MAUS TRATOS: [ ] SIM [ ] NAO

DADOS CLINICOS: 08/06/18 - 14:00h

DATA PRIMEIROS SINTOMAS: / /

Paciente vítima de colisão moto-carro (com capacete), trazido fora de protocolo. Trauma cefálico, perda de consciência, náuseas e vômitos. A: vias aéreas permeáveis, a ausculta normal. B: supnucos. MV+ em AHT, a desconforto respiratório. C: BRNF em ST, a S FC 86 bpm, extremidades bem perfundidas, TEC < 35. D: Glasgow 15, pupilas isocóricas. ANOTAÇÕES DA ENFERMAGEM: fotoreagentes. E: luxão coto-contorno em punha Direita (no momento com curativo)

Trauma ortopédico? Relata trauma antetórax há 3 anos

DIAGNOSTICO:

CID:

PRESCRIÇÃO

HORARIO DA MEDICACAO

① SF 0.9%, 1000 ml, IV

② Dupinoma, 01 amp + 18 ml, IV, agora 14:45

③ Pndemid, 100 mg + 300 ml SF 0.9%, IV, agora

④ Befalotima, 2g, IV, agora

DATA DA SAIDA: / /

HORA DA SAIDA: :

ALTA: [ ] DECISAO MEDICA [ ] A PEDIDO [ ] EVASAO [ ] DESISTENCIA  
[ ] ENCAMINHADO AO AMBULATORIO

INTERNACAO NO PROPRIO HOSPITAL (SETOR):

TRANSFERENCIA (UNIDADE DE SAUDE):

OBITO: [ ] ATE 48HS [ ] APOS 48HS [ ] FAMILIA [ ] IML [ ] ANAT. PATOL.

ASSINATURA DO PACIENTE/RESPONSAVEL

ASSINATURA E CARIMBO DO MEDICO

5 Soluto Radiografia de Tórax AP, Perfil; de Pelve; de Punha direita  
duas incidências.

p-7730

feito trabalho com Dr. Paulo



HOSPITAL GOVERNADOR JOAO ALVES FILHO

FICHA DE INTERNACAO  
IDENTIFICACAO DO PACIENTE

Identificativo...: 172304  
CNS...: 0000000000000000  
Nome do Paciente...: CRISTIANO SOUZA DA SILVA  
Tipo...: Idade: 27 anos  
Data de Nascimento: 28/02/1991  
Sexo...: MASCULINO  
Nome do Responsavel...: ADENOALDO DA SILVA  
Nome do Responsavel...: MARIA JOSE MARINHO DE SOUZA  
Endereço...: RUA CAMPO DA VIA ACAO 02 700207959670725  
Cep...: 49700-000  
Bairro...: CENTRO  
Cidade...: 79/9  
UF...: 2801306 - - SE  
Nacionalidade...: BRASILEIRO  
Estado...: SERGIPE

2 Alt's.  
08/06  
10/07

DADOS DA INTERNACAO

Entrada...: 4 - EMERGENCIA No. do BE: 1737312  
Internacao...: 918 - CENTRO CIRURGICO SRPA  
Internacao...: 999.0450  
Internacao...: 08/06/2018  
Internacao...: 17:44  
Solicitante: 342.570.985-20 - PAULO CESAR VIANA SILVA  
Solicitado: NAO INFORMADO  
Solicitado: NAO INFORMADO  
Operador: ESEBANTOS

INFORMACOES DE SAIDA

Realizada:  
Data:  
Local:  
Principal:  
Outros:





Nome do Paciente: Christiano Sampaio de Silva Idade: 27 Sexo: M  
Unidade de Produção: Verde Tiaue Leito:  Nº do Prontuário:

08/06/18

18:10h Vitruve de acidente, nítido e com.  
Em uso de opórtos, 1º perde de consciência  
Fenômeno artrocentro na panturrilha do  
1º. perde de substância morfotica  
Sistema reológico  
Cristiano S. Sampaio

Paulo C. Vitorino

30/06/18 Paciente Lot E: Exprimido, dieta e sono mantido. Com + 1º uso de AUP + carduto; segue ao curador. COREN-BRASIL 1313

15/06/18 Paciente em uso de terapia nutricional suplementar p/ avaliação de evolução 2x/d  
05:40 Lot E

Regilma Arruda  
Nutricionista  
CRN5º 1313

11/06/18 Cir. P. Sampaio  
dois exames de sangue realizados, apresentando  
suplementação pelo paciente de P. Sampaio  
Agencia

10/06/18 # Cir. P. Sampaio

Paciente, Cir. P. Sampaio com 1º  
de substância em panturrilha (1)  
Cristiano S. Sampaio  
Paciente, Cir. P. Sampaio com 1º  
de substância em panturrilha (1)  
Cristiano S. Sampaio

Nome do Paciente: JOÃO CARLOS Idade: 27 Sexo: M  
Unidade de Produção: C Leito: 1.1 N° do Prontuário:

DATA: 14/06/18 HISTÓRICO: # En. Plst. Co. #

Paciente com ferida infectada  
na perna direita, com abscesso  
na região da coxa. Ferida de  
substância.

história de: Am. de Co. B. e  
ex/da.

sem febre no momento.  
Paciente já realizou Hx.

em 1.º \*Após resultado de cultura  
de ferida e exame laboratorial.

Visto U2022 - OK

em MT

Dr. Durval Maynard  
Cirurgia Plástica  
CRM 1284

16/06/18 Paciente comentei orientado, eufórico, em  
uso de A.V.P. + eufórico em perna direita, seu  
dura. Segue aos cuidados do eq. 22625

16.06 En. Plástica

para sangramento no momento com  
removal protético, drenagem de sangue

Nome do Paciente:

Cir. Plastica

idade:

Sex:

Unidade de Produção:

Leito:

Nº do Prontuário:

12/06/18


# # Gen. Physics #

Per Cizte lra lo- DTH, lra fenda  
pau lital de lra Dista, lra  
lra lra, a lra de lra  
lra lra de lra lra  
lra lra de lra lra  
lra lra

Residência: Escola Estadual de Meninos Jurema

Q. 5. Answer the given questions 10

2. Apakah Perbedaan antara ...

  
 David W. Jones  
 Director, Bureau of Prisons  
 U.S. Department of Justice

19/06/18

# C. n. Pl. v. l. #

Pericardio con Fenda muy pequeña  
lateral de Bama (5) con una estruccion  
chica y pequeña. Puntos de Union y  
Tercera Cavitad.

Negara ini ada di Indonesia.

CS. 1. Reside de DTR no la to.

2. Proativo Libre Político 10' 54 d.

Dr. Fernando Berni  
Neurólogo  
Cirujano Plástico  
CRA 573





Nome do Paciente: Cristiano Souza da Silva

Idade:

Sexo:

Unidade de Produção:

Leito:

Nº do Prontuário:

DATA	HORA	HISTÓRICO
26/06/18		<p>Cirurgia Plástica</p> <p>Cirurgia suspensa pela enfermeira Yana do Centro Cirúrgico devido falta de funcionamento no Centro Cirúrgico.</p> <p>Dr. Moema Santana Cirurgia Plástica CRM/SE 2471</p>
26/06/18	2h	<p>Realizado curativo de M.D. utilizando piperacilina 800.000. local com granulação e não possui secreção.</p> <p>Fabiane Rêgo Simões COREN/SE 19435</p>
		<p># Cir. Plástica # 27/06/18</p> <p>Paciente com Ferimento tipo M.D. com granulação de base aberta. Tem drenagem malhada interna.</p> <p>Evolve estável e sem secreção.</p> <p>co: S. Programar internar</p> <p>A. Tese próxima 30. (acabar) com meliponização.</p>
28/06/18		<p># Cir. Plástica #</p> <p>Ferimento tipo M.D. com granulação de base aberta.</p> <p>Evolve sem secreção.</p> <p>co: quando programar os de internar.</p>
29/06/18		<p>* APTOS PARA EXATOS</p> <p>PARADO</p> <p>Dr. Durval Maynard Cirurgia Plástica CRM 1284</p> <p>Dr. Durval Maynard Cirurgia Plástica CRM 1284</p>



Nome do Paciente: Guilherme Souza da Silva

Idade:

Sexo:

Unidade de Produção:

Leito:

Nº do Prontuário:

**TOPICO** **HISTÓRICO**

10/10/18 Les. Plástica

Realizado cirurgia em MTD.

Id: Retirado pele parcial de coxa D

Não inseriu em perna D

Procedimento secundário em coxa D

emidorm em 2 dias

Dr. Moema Santana  
Cirurgia Plástica  
CRM/SE 2471

12/10/18

Dg/s Exatidão de MTD, coxa D

S/T/M

Dr. Durval Maynard  
Cirurgia Plástica  
CRM 1284

13-07- G. Plástico

Exatidão

coxa D

14-07- G. Plástico

Exatidão

coxa D

emidorm

HUSE

BOLETIM DE ANESTESIA



Fundação Hospitalar de Saúde

PACIENTE:

Cristiano Souza da Silva

REGISTRO:

172304

UNIDADE:

MÉDICO:

LEITO:

CIRURGIA PROGRAMADA

Sutura de extensores proximais

CIRURGIA REALIZADA

DATA

08/06/18

ANESTESIOLOGISTA

Dra. Marcelle / Raquel

TÉCNICA ANESTÉSICA

Raquel

MEDICAÇÃO PRÉ-ANESTÉSICA

CIRURGIÃO

Paulo Vique

AUXILIAR

ASA

I

HORA DE INÍCIO

18:15

HORA DE TÉRMINO

19:15

ACESSO VENOSO

ME (já instalado)

POSIÇÃO

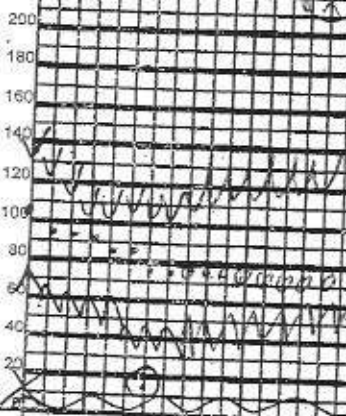
DDH

AGENTES INALATÓRIOS

02 15 30 45 15 30 45 15 30 45 15 30 45

FLUIDOS

SF 500 RL 500 RL 500



CEC OUTROS

MONITORIZAÇÃO

CONDIÇÃO DE ALTA PARA CRPA

MONITORIZAÇÃO

PA NÃO INVASIVA	X	PVC
PA INVASIVA		TEMPERATURA
ELETROCARDIOGRAFIA	X	DIURESE
OXIMETRIA	X	VENTILAÇÃO
CAPNOGRAFIA		PAM

Dra. Marcelle Perotti Amorim  
Anestesiologista  
CRM-SE 4319

AGENTES ANESTÉSICOS

DOSE

ANTIBIÓTICO PROFILAXIA

NOME: Cefazolina 2g

1ª Dose as: 18:30 horas

2ª Dose as: horas

3ª Dose as: horas

OBSERVAÇÕES

Fit. assintomática (sem buche nos  
nos olhos)  
(ds) chegou reupendo  
normal no sfopz.

ENCAMINHADO PARA: ( ) UTI (X) UNIDADE



GOVERNO DE SERGIPE  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

LAUF



Fundação  
Hospitalar  
de Saúde

## HOSPITAL DE URGÊNCIA DE SERGIPE

### FICHA DE ATO CIRÚRGICO

PACIENTE: Crustiano Senza da Silva  
DIAGNÓSTICO PRÉ-OPERATÓRIO: Perda Substância perna Direita  
CIRURGIA REALIZADA: Sutura  
CIRURGIÃO: Dr Paulo Viana  
AUXILIARES: 2  
ANESTESIA: Bloqueio ANESTESISTA Dra Marcelle  
DIAGNÓSTICO PÓS-OPERATÓRIO:

( ) CIRURGIA LIMPA ( ) CIR. POTENCIALMENTE CONTAMINADA  
(X) CIRURGIA CONTAMINADA ( ) CIR. INFECTADA

INFECÇÃO PRESENTE À ADMISSÃO? ( ) SIM ( ) NÃO

TOPOLOGIA DA INFECÇÃO:

( ) VIAS AÉREAS SUP. ( ) PULMONAR ( ) URINÁRIA ( ) SNC ( ) TGI  
( ) CUTÂNEO ( ) AP. CARDIO-VASCULAR ( ) PLEURA ( ) OUTROS

### DESCRIÇÃO DO ATO CIRÚRGICO

1. Sutrefme
2. Cospos atores
3. limpeza da mecha
4. Sutura
5. curativo e Silva
- 6.
- 7.

DATA: 8/6/10

Paulo Viana  
Cirurgião Plástico  
Assinatura do Cirurgião



# 

NOME <u>Christiano Souza da Silva</u>				PRONTUÁRIO <u>172304</u>			
RECEBIDO NA S.O. POR <u>Equipe</u>				DATA <u>08/06/18</u>		SALA <u>08</u>	
NÍVEL DE CONSCIÊNCIA		ACORDADO <input checked="" type="checkbox"/>	SONOLENTO	AGITADO	COMATOSO		
CIRCULANTE <u>Chavikene</u>		PROCEDÊNCIA					
ENTRADA S.O. <u>18:15 h</u>		INÍCIO DA ANESTESIA <u>18:25 h</u>		INÍCIO DA CIRURGIA <u>18:40 h</u>			
SAÍDA DA S.O. <u>h</u>		FIM DA ANESTESIA <u>h</u>		FIM DA CIRURGIA <u>19:13 h</u>			
CIRURGIÃO <u>Dr. Paulo Viana</u>				1º AUXILIAR			
ANESTESISTA <u>Dr. Marcelo</u>				2º AUXILIAR			
INSTRUMENTADOR <u>Lúcia</u>				LATERALIDADE ( ) DIREITA ( ) ESQUERDA ( ) NA			
CIRURGIA PROPOSTA <u>Sutura de ferimento em M.I.D.</u>							
CIRURGIA REALIZADA <u>a mesma</u>							
TÉCNICA ANESTÉSICA							
GERAL VENOSA		GERAL INALATÓRIA		GERAL COMBINADA		GERAL BALANCEADA	
<input checked="" type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>		<input checked="" type="checkbox"/> RAQUIANESTESIA	
PERIDURAL C/ CATETER		PERIDURAL S/ CATETER		SEDAÇÃO		BLOQUEIO DO PLEXO	
<input type="checkbox"/>		<input checked="" type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>	
TUBO ENDOTRAQUEAL ( ) ORAL ( ) NASAL		Nº:		TUBO ARAMADO		Nº:	
						MÁSCARA LARÍNGEA	
ASSEPSIA							
<input checked="" type="checkbox"/> PVPI TÓPICO		<input type="checkbox"/> PVPI ALCOÓLICO		<input type="checkbox"/> PVPI DERGEMANTE		<input type="checkbox"/> CLOREXID. ALCOÓLICA	
						<input type="checkbox"/> CLOREXID. DEGERMANTE	
						<input type="checkbox"/> CLOREXID. AQUOSA	
EQUIPAMENTOS E ACESSÓRIOS UTILIZADOS							
BOMBA DE INFUSÃO		DEFIBRILADOR		MONITOR CEREBRAL (BIS)		INTENSIFICADOR DE IMAGEM	
<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>	
FIBROSCÓPIO		MONITOR CARDÍACO		PA (NÃO INVASIVA)		PA (INVASIVA)	
<input type="checkbox"/>		<input checked="" type="checkbox"/>		<input checked="" type="checkbox"/>		<input checked="" type="checkbox"/>	
<input checked="" type="checkbox"/> FOCO AUXILIAR		<input checked="" type="checkbox"/> FONTE DE LUZ		VIDEOLAPAROSCÓPIO		BRONCOSCÓPIO	
<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>	
COXINS DE CONFORTO UTILIZADOS							
CABEÇA		MSD		MSE		MIE	
<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>	
BISTURI ELÉTRICO							
BIPOLAR				MONOPOLAR			
<input type="checkbox"/>				<input type="checkbox"/>			
PLACA BISTURI				COMPRESSAS GRANDES			
<input type="checkbox"/>				<input type="checkbox"/>			
LOCAL				ENTREGUE			
<input type="checkbox"/>				<input type="checkbox"/>			
ELETRODOS				PEQUENAS			
<input checked="" type="checkbox"/>				<input type="checkbox"/>			
INCISÃO CIRÚRGICA				ENTREGUE			
<input checked="" type="checkbox"/>				<input type="checkbox"/>			
AVP				D			
<input checked="" type="checkbox"/>				<input type="checkbox"/>			
AVC				D			
<input type="checkbox"/>				<input type="checkbox"/>			
GASOMETRIA: SIM ( ) NÃO ( )							
POSICÃO DO PACIENTE							
<input checked="" type="checkbox"/> DORSAL		<input type="checkbox"/> VENTRAL		<input type="checkbox"/> LAT. ESQ		<input type="checkbox"/> LAT. DIR	
<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>	





GOVERNO DE SERGIPE  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE



Fundação  
Hospitalar  
de Saúde

## HOSPITAL DE URGÊNCIA DE SERGIPE

### FICHA DE ATO CIRÚRGICO

PACIENTE: Cristiano Souza da Silva  
 DIAGNÓSTICO PRÉ-OPERATÓRIO: Área Cauda em perna D  
 CIRURGIA REALIZADA: Enxertia perna D  
 CIRURGIÃO: Drª Moema Santana  
 AUXILIARES:  
 ANESTESIA: Raqui ANESTESISTA Dr. Igor Martins

DIAGNÓSTICO PÓS-OPERATÓRIO:  
☐ CIRURGIA LIMPA ☐ CIR. POTENCIALMENTE CONTAMINADA  
☐ CIRURGIA CONTAMINADA ☐ CIR. INFECTADA  
 INFECÇÃO PRESENTE À ADMISSÃO? ☐ SIM ☐ NÃO

TOPOLOGIA DA INFECÇÃO:  
☐ VIAS AÉREAS SUP. ☐ PULMONAR ☐ URINÁRIA ☐ SNC ☐ TGI  
☐ CUTÂNEO ☐ AP. CARDIO-VASCULAR ☐ PLEURA ☐ OUTROS

### DESCRIÇÃO DO ATO CIRÚRGICO

1. Paciente em DSH
2. Assepsia e antisepsia e colocação de campos
3. estéreis
4. Excisão de pele parcial em cauda
5. Colocação de pele em perna D e fixação desta
6. curativo e emiderm em cauda
7. \_\_\_\_\_

DATA: 10/07/18

Drª Moema Santana  
 Cirurgiã  
 CRM/SE: 2471

Assinatura do Cirurgião



# Registro de Enfermagem no Trans-Operatório

34

NOME	Guilherme Soares da Silva		PRONTUÁRIO	172304
RECEBIDO NA S.O. POR	Dr. Uemura		DATA	10/07/18
NÍVEL DE CONSCIÊNCIA	ACORDADO	<input checked="" type="checkbox"/>	SONOLENTO	<input type="checkbox"/>
CIRCULANTE	Medula 845.167		PROCEDÊNCIA	C. J. J.
ENTRADA S.O.	17:30 h	INÍCIO DA ANESTESIA	h	INÍCIO DA CIRURGIA
SAÍDA DA S.O.	h	FIM DA ANESTESIA	h	FIM DA CIRURGIA
CIRURGIÃO	Uemura		1º AUXILIAR	
ANESTESISTA	Ligier Martins		2º AUXILIAR	
INSTRUMENTADOR	Guilherme		LATERALIDADE	( ) DIREITA ( ) ESQUERDA
CIRURGIA PROPOSTA	Emperto MJD			
CIRURGIA REALIZADA	A proposta			

## TÉCNICA ANESTÉSICA

GERAL VENOSA	GERAL INALATÓRIA	GERAL COMBINADA	GERAL BALANCEADA	<input checked="" type="checkbox"/> RAQUIANESTESIA
PERIDURAL C/ CATETER	PERIDURAL S/ CATETER	SEDACÃO	BLOQUEIO DO PLEXO	LOCAL
TUBO ENDOTRAQUEAL ( ) ORAL ( ) NASAL	Nº:	TUBO ARAMADO	Nº:	MÁSCARA LARÍNGEA

## ASSEPSIA

<input checked="" type="checkbox"/> PVPI TÓPICO	<input type="checkbox"/> PVPI ALCOÓLICO	<input checked="" type="checkbox"/> PVPI DERMEGMANTE	<input type="checkbox"/> CLOREXID. ALCOÓLICA	<input type="checkbox"/> CLOREXID. DEGERMANTE	<input type="checkbox"/> CLOREXID. AQUOSA
---	---	--	--	---	---

## EQUIPAMENTOS E ACESSÓRIOS UTILIZADOS

BOMBA DE INFUSÃO	DEFIBRILADOR	MONITOR CEREBRAL (BIS)	INTENSIFICADOR DE IMAGEM	MANTA TÉRMICA	MICROSCÓPIO
FIBROSCÓPIO	MONITOR CARDÍACO	PA (NÃO INVASIVA)	PA (INVASIVA)	OXÍMETRO	CAPNÓGRAFO
FOCO AUXILIAR	FONTE DE LUZ	VIDEOLAPAROSCÓPIO	BRONCOSCÓPIO	OUTROS	

## COXINS DE CONFORTO UTILIZADOS

<input checked="" type="checkbox"/> CABEÇA	MSD	MSE	MIE	MID
--	-----	-----	-----	-----

## BISTURI ELÉTRICO

BIPOLAR	<input checked="" type="checkbox"/>	MONOPOLAR
---------	-------------------------------------	-----------

## PLACA BISTURI

LOCAL	Portion III			
ELETRODOS				
INCISÃO CIRÚRGICA				
AVP	<input checked="" type="checkbox"/>	D	E	
AVC	<input checked="" type="checkbox"/>	D	E	

## COMPRESSAS

GRANDES	
ENTREGUE	DEVOLVIDA
15	15
PEQUENAS	
ENTREGUE	DEVOLVIDA

GASOMETRIA: SIM ( ) NÃO (x)

## POSIÇÃO DO PACIENTE

<input checked="" type="checkbox"/> DORSAL	VENTRAL	LAT. ESQ	LAT. DIR	CANIVETE	TRENDELEMBURG	LITOTOMIA
--	---------	----------	----------	----------	---------------	-----------







15/07/18

B. Plástica

Programando cirurgia do pinto  
dois dentes

16/07/18

B. Plástica

Programando cirurgia do pinto  
pr. arruando

17/07/18

Boni: cirurgia do pinto e auto  
dentado, alta Hospitalardois exames todos  
controlados ambulatorial  
H.M.

18/07/18

# Nutrição #

Paciente bem, calma, orientada

está de alta hospitalar

com aceitação da dieta especial - de  
suplemento proteicoSegue no leite em acompanhamento até  
saída do hospital

Fernanda Nutrient

CRM 3053

11/30/18

11/9/18

130  
EVOLUÇÃO CLÍNICA MULTIDISCIPLINAR

Página 1º

DATA	HORA	HISTÓRICO
03/07/18	15:00	Exatice Revisão pré-operatória, exatice para che 04.07 com Dr. Durval
04/07/18		Desat agendando exatice Paciente sem queixa cc: 04/04 Dr. 28
05/07/18	13:00	Exatice Revisão pré-operatória, exatice prelúdio para a cirurgia
05/07/18	13:00	Exatice Revisão pré-operatória, exatice prelúdio para a cirurgia
04/07/18		Revisão pré-operatória, exatice para a cirurgia (prelúdio para a cirurgia)
05/07/18		* Revisão pré-operatória, exatice para a cirurgia
06/07/18		- Revisão pré-operatória, exatice
07/07/18		- Revisão pré-operatória, exatice para a cirurgia
08/07		Revisão pré-operatória, exatice para a cirurgia prelúdio para a cirurgia



Data	Evolução Clínica Multidisciplinar
26/06/18	Sra. Patrícia
	que apresenta com aumento
	do tamanho dos mamilos e areolas
	proeminente simétrica
	Dra. Francisca Paixão
	AC. Francisco Paixão
	Sra. ECG

26/06/18

26/06/18

26/06/18

Dr. Wagner Paixão  
CRM 712

Dr. Wagner Paixão  
CRM 712

Dr. Durval Maynard  
Cirurgia Plástica  
CRM 1284

Dr. Durval Maynard  
Cirurgia Plástica  
CRM 1284

Dr. Wagner Paixão  
CRM 712

15/06/18

# Dr. Plástica #

Paciente com ferida aberta  
na região da coxa, com  
1 litro de sangue, dor, edema  
e hiperemia.

Dr. Plástico Ferida aberta na  
coxa com 1 litro de sangue (Amarelo)

DBT 42 F

Tratado com curativo

Dr. Durval Maynard  
Cirurgia Plástica  
CRM 1284

16/06/18 Paciente com ferida aberta na coxa com 1 litro de sangue, dor, edema e hiperemia. Tratado com curativo.

Fabiana Costa  
COREN-SP 123456

17/06/18 Paciente com ferida aberta na coxa com 1 litro de sangue, dor, edema e hiperemia. Tratado com curativo.

Dr. Plástico

18/06/18 # Dr. Plástica #

Paciente com ferida aberta na coxa com 1 litro de sangue, dor, edema e hiperemia. Tratado com curativo.

Dr. Plástico Ferida aberta na coxa com 1 litro de sangue, dor, edema e hiperemia. Tratado com curativo.

12/06/18 # Nutrição #  
 Paciente encontra-se no leito, acordado, supino, estável, consciente, com diurese presente e de fezes presentes há 5 dias. Relato boa aceitação da dieta e suplementação. Antropometria: Perímetro - CB = 32,5 cm, % Adip. CB = 101,8% - Eutrófica. Diagnóstico Nutricional: Paciente eutrófica, porém em risco nutricional devido a condição atual. Conduta: Alterada características da dieta para líquida, mantida suplementação e realizada alterações qualitativas.

13/06/18 # Nutrição #  
 Paciente encontra-se no leito, acordado, supino, estável, consciente, com diurese presente e de fezes presentes há 5 dias. Relato boa aceitação da dieta e suplementação. Antropometria: Perímetro - CB = 32,5 cm, % Adip. CB = 101,8% - Eutrófica. Diagnóstico Nutricional: Paciente eutrófica, porém em risco nutricional devido a condição atual. Conduta: Alterada características da dieta para líquida, mantida suplementação e realizada alterações qualitativas.

13/06/18 # Nutrição #  
 Paciente encontra-se no leito, acordado, supino, estável, consciente, com diurese presente e de fezes presentes há 5 dias. Relato boa aceitação da dieta e suplementação. Antropometria: Perímetro - CB = 32,5 cm, % Adip. CB = 101,8% - Eutrófica. Diagnóstico Nutricional: Paciente eutrófica, porém em risco nutricional devido a condição atual. Conduta: Alterada características da dieta para líquida, mantida suplementação e realizada alterações qualitativas.

Regina Arruda  
 Nutricionista  
 CRN5-1313

Ennon Vieira  
 Estagiário em Nutrição



Quente retorno montado que a eu ...  
creta. Radiografias incompatíveis com fraturas.  
Seus lesões e peso direito, extenso e com ...  
substâncias

cl. Análises do Grupo Plástico  
Tramol 100g + 100-15K e 94. 5V opus

Exame método  
nosm. to  
exuse  
50M.

Ende Angria

CF

Dr. Allison Luis Lima Rodrigues  
(CRM 3189)  
Ortopedia Geral / Cirurgia do Quadril

Dr. Antônio Franco Cabral  
(CRM 830)  
Ortopedia Geral / Traumatologia / Cirurgia

Dr. Artêmio Rocha Melo  
(CRM 2232)  
Ortopedia Geral / Cirurgia do Joelho

Dr. Daniel Bispo de Andrade  
(CRM 1295)  
Medicina Desportiva / Ortopedias Fraturas

Dr. Denis Cabral Duarte  
(CRM 4163)  
Ortopedia Geral / Cirurgia do Ombro e Cotovelo

Dr. João Bourbon Albuquerque II  
(CRM 4224)  
Ortopedia Geral / Traumatologia / Cirurgia do Joelho

Dr. Kleber César Siqueira Santana  
(CRM 2213)  
Ortopedia Geral / Ortopedia Pediátrica

Dr. Kleberton César Siqueira Santana  
(CRM 2481)  
Ortopedia Geral / Alongamento e Reconstrução Óssea

Dr. Lécio dos Anjos Bourbon  
(CRM 713)  
Ortopedia / Traumatologia / Cirurgia do Joelho

Dr. Leonardo Guedes de Oliveira  
(CRM 2091)  
Ortopedia Geral / Alongamento e Reconstrução Óssea

Dr. Luciano Oliveira Júnior  
(CRM 3191)  
Ortopedia Geral / Cirurgia do Joelho

Dr. Marluceio Andrade  
(CRM 804)  
Ortopedia Geral / Cirurgia do Tornozelo e Pé

Dr. Marcos Masayuki Ishi  
(CRM 2776)  
Ortopedia Geral / Cirurgia da Coluna Clínica e Dor

Dr. Márcio Moura Rocha  
(CRM 3592)  
Traumatologia / Cirurgia do Joelho, Tornozelo e Pé

Dr. Masayuki Ishi  
(CRM 1276)  
Ortopedia Geral / Cirurgia do Joelho / Video Artroscoopia / Acupuntura

Dr. Max Franco de Carvalho  
(CRM 2430)  
Ortopedia / Traumatologia / Cirurgia Coluna

Dr. Michael Silveira Santiago  
(CRM 2598)  
Ortopedia Geral / Cirurgia do Quadril

Dr. Paulo Cândido de Lima Júnior  
(CRM 3726)  
Ortopedia Geral / Cirurgia da Coluna

Dr. Sérgio Cabral de Melo  
(CRM 3385)  
Ortopedia Geral / Cirurgia do Ombro e Cotovelo

Dr. Sílvia Maurício Mendonça Cardoso  
(CRM 1277)  
Ortopedia Geral / Medicina Desportiva Cirurgia do Joelho / Video Artroscoopia

Dr. Walter Gomes Pinheiro Júnior  
(CRM 3036)  
Cirurgia da Mão e Membros Superiores



**PRONTOCLÍNICA**  
**ORTOPÉDICA**

## Relatório Médico

Cristiano Souza do Siqueira, 28 anos, colidiu a moto cileto que pilotava com um carro no dia 8/6/2018, e a ambulância da cidade de Capelo o conduziu ao HVS. Foi constatado ferimento extenso na face posterior lateral do membro de ± 25cm x 15cm, com perda em tonsos.

Internado devido à gravidade, por 40 dias, foram realizados curativos e sutura de pele no

Av. Gonçalo Prado Rollemberg, 460 - Tel.: (79) 3205-6550 / 99612-5418  
CNPJ: 16.213.001/0001-54 - CEP: 49015-230 - Aracaju/SE  
www.prontoclinicaortopedica.com.br | prontoclinicaortopedica@gmail.com





- Dr. Alisson Luis Lima Rodrigues  
(CRM 3189)  
Ortopedia Geral / Cirurgia do Quadril
- Dr. Antônio Franco Cabral  
(CRM 880)  
Ortopedia Geral / Traumatologia / Cirurgia
- Dr. Artêmio Rocha Melo  
(CRM 2232)  
Ortopedia Geral / Cirurgia do Joelho
- Dr. Daniel Bôpo de Andrade  
(CRM 1295)  
Medicina Desportiva/Ortopedias Fraturas
- Dr. Denis Cabral Duarte  
(CRM 4263)  
Ortopedia Geral / Cirurgia do Ombro e Cotovelo
- Dr. João Bourbon Albuquerque II  
(CRM 4224)  
Ortopedia Geral/Traumatologia/Cirurgia do Joelho
- Dr. Kleber César Siqueira Santana  
(CRM 2213)  
Ortopedia Geral / Ortopedia Pediátrica
- Dr. Kleberton César Siqueira Santana  
(CRM 2481)  
Ortopedia Geral/Alongamento e Reconstrução Óssea
- Dr. Lécio dos Anjos Bourbon  
(CRM 713)  
Ortopedia/Traumatologia/Cirurgia do Joelho
- Dr. Leonardo Guedes de Oliveira  
(CRM 2091)  
Ortopedia Geral/Alongamento e Reconstrução Óssea
- Dr. Luciano Oliveira Júnior  
(CRM 3191)  
Ortopedia Geral / Cirurgia do Joelho
- Dr. Marluce Andrade  
(CRM 804)  
Ortopedia Geral / Cirurgia do Tornozelo e Pé
- Dr. Marcos Masayuki Ishi  
(CRM 2776)  
Ortopedia Geral/ Cirurgia da Coluna Clínica e Dor
- Dr. Márcio Moura Rocha  
(CRM 3592)  
Traumatologia / Cirurgia do Joelho, Tornozelo e Pé
- Dr. Masayuki Ishi  
(CRM 1276)  
Ortopedia Geral/Cirurgia do Joelho/Vídeo Artroscopia/Acupuntura
- Dr. Max Franco de Carvalho  
(CRM 2430)  
Ortopedia / Traumatologia / Cirurgia Coluna
- Dr. Michael Silveira Santiago  
(CRM 2598)  
Ortopedia Geral / Cirurgia do Quadril
- Dr. Paulo Cândido de Lima Júnior  
(CRM 3726)  
Ortopedia Geral / Cirurgia da Coluna
- Dr. Sérgio Cabral de Melo  
(CRM 3385)  
Ortopedia Geral / Cirurgia do Ombro e Cotovelo
- Dr. Sylvio Maurício Mendonça Cardoso  
(CRM 1277)  
Ortopedia Geral / Medicina Desportiva Cirurgia do Joelho/ Vídeo Artroscopia
- Dr. Walter Gomes Pinheiro Júnior  
(CRM 3036)  
Cirurgia da Mão e Membros Superiores

local, sendo a lesão D  
a nível do dorso.

Apesar do bom tratamento, ficaram sequelas abaixo citadas:

- (1) Cicatriz e/afundamento da região por ser pele de músculo, parcial.
- (2) Dor de dorso na região quando ando ou corria.
- (3) Parastésias + anestésias na região.

Aracaju, 01/03/2019  
Paulo

Dr. Masayuki Ishi  
Médico Ortopedista  
CRM 1276

Av. Gonçalo Prado Rollemberg, 460 - Tel.: (79) 3205-6550 / 99612-5418  
CNPJ: 16.213.001/0001-54 - CEP: 49015-230 - Aracaju/SE  
www.prontoclinicaortopedica.com.br | prontoclinicaortopedica@gmail.com

# PARECER DE ANÁLISE MÉDICA

## DADOS DO SINISTRO

**Número:** 3190067547 **Cidade:** Capela **Natureza:** Invalidez Permanente  
**Vítima:** CRISTIANO SOUZA DA SILVA **Data do acidente:** 08/06/2018 **Seguradora:** ANGELUS SEGUROS S/A

## PARECER REALIZADO COM BASE NA DOCUMENTAÇÃO MÉDICA APRESENTADA PELA VÍTIMA

**Data da análise:** 30/01/2019

**Valoração do IML:** 0

**Perícia médica:** Não

**Diagnóstico:** LESAO CORTOCONTUSA EXTENSA NA PERNA DIREITA.

**Resultados terapêuticos:** TRATAMENTO CIRÚRGICO(ENXERTIA/LAVAGEM MECÂNICO CIRÚRGICA).  
ALTA MÉDICA.

**Sequelas permanentes:**

**Sequelas:** Sem sequela

**Conduta mantida:**

**Quantificação das  
sequelas:**

**Documentos  
complementares:**

**Observações:** EM TODOS OS DOCUMENTOS MÉDICOS ACOSTADOS NÃO SE EVIDENCIA PRESENÇA DE SEQUELAS PERMANENTES QUE NÃO SEJAM SUSCETÍVEIS DE AMENIZAÇÃO PROPORCIONADA POR QUALQUER MEDIDA TERAPÊUTICA.

## DANOS

DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
		Total	0 %	R\$ 0,00



**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU**  
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470  
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

**PROCESSO:**

201940601494

**DATA:**

25/09/2019

**MOVIMENTO:**

Conclusão

**DESCRIÇÃO:**

Nesta data faço o processo eletrônico concluso.

**LOCALIZAÇÃO:**

Juiz

**PUBLICAÇÃO:**

Não



**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU**  
**Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470**  
**Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

**PROCESSO:**

201940601494

**DATA:**

02/10/2019

**MOVIMENTO:**

Despacho

**DESCRIÇÃO:**

Cite-se e intime-se a ré para comparecer à aludida audiência, ficando cientes que, em caso de desinteresse na autocomposição, deverão informar a este Juízo em até 10 (dez) dias antes da realização do ato, sendo obrigatória a manifestação de todos os litisconsortes (art. 334, §§ 5º e 6º, CPC). Em havendo a anuência quanto à realização da audiência, mas não chegando as partes ao acordo, o prazo para resposta, que será de 15 (quinze) dias, iniciar-se-á no dia seguinte à audiência (art. 335, caput e inciso I, do CPC). Na hipótese de não haver audiência por desinteresse das partes ou por não ser admitida a autocomposição (art. 334, § 4º do CPC), o prazo para resposta terá como termo inicial o dia do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação/mediação ou nos termos do art. 231 do CPC (art. 335 do CPC). Observem as partes que a ausência injustificada à audiência de conciliação/mediação, será considerada ato atentatório à dignidade da justiça cabendo aplicação de multa de até 2% (dois por cento) da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa a ser revertida em favor da União ou do Estado (art. 334, §8º, do CPC). Ficam as partes advertidas de que o comparecimento para a audiência de conciliação acompanhadas de advogados é obrigatório (art. 334, §9º, do CPC) e que poderão constituir representante com poderes para negociar e transigir, desde que por meio de procuração específica (art. 334, §10, do CPC). Intimem-se as partes e patronos, observando a escrivania o disposto no art.334, caput e § 3º, do CPC, que determina a citação da parte requerida com pelo menos 20 dias de antecedência da audiência designada, bem como que a intimação da parte autora deverá ser realizada na pessoa de seu advogado.

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Sim





**Poder Judiciário do Estado de Sergipe  
Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito**

Nº Processo 201940601494 - Número Único: 0050449-25.2019.8.25.0001

Autor: CRISTIANO SOUZA DA SILVA

Réu: SEGURADORA LÍDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

Movimento: Despacho >> Mero Expediente

Cls.

Por se presumirem verdadeiras as alegações de hipossuficiência deduzidas por pessoa natural, bem como por não verificar nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a sua concessão, **defiro o pedido de justiça gratuita**, nos termos do artigo 99, § 2º, do Código de Processo Civil.

A petição inicial encontra-se em conformidade com o artigo 319 do CPC, não é caso de improcedência liminar do(s) pedido(s) e o direito que baseia a pretensão não veda a autocomposição. **DETERMINO que a Secretaria providencie data para realização da audiência preliminar de conciliação** diretamente no Sistema de Controle Processual. Ressalto que não se faz mais necessária a remessa dos autos, uma vez que ocorrerá migração do Sistema do Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania (CEJUSC) para o Sistema de Controle Processual (SCP), devendo a Secretaria providenciar a data de realização da audiência diretamente na pauta do CEJUSC.

Cite-se e intime-se a ré para comparecer à aludida audiência, ficando cientes que, em caso de desinteresse na autocomposição, deverão informar a este Juízo em até 10 (dez) dias antes da realização do ato, sendo obrigatória a manifestação de todos os litisconsortes (**art. 334, §§ 5º e 6º, CPC**).

Em havendo a anuência quanto à realização da audiência, mas não chegando as partes ao acordo, o prazo para resposta, que será de 15 (quinze) dias, iniciar-se-á no dia seguinte à audiência (**art. 335, caput inciso I, do CPC**).

Na hipótese de não haver audiência – por desinteresse das partes ou por não ser admitida a autocomposição (**art. 334, § 4º do CPC**), o prazo para resposta terá como termo inicial o dia do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação/mediação ou nos termos do art. 231 do CPC (**art. 335 do CPC**).

Observem as partes que a ausência injustificada à audiência de conciliação/mediação, será considerada ato atentatório à dignidade da justiça cabendo aplicação de multa de até 2% (dois por cento) da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa a ser revertida em favor da União ou do Estado (**art. 334, §8º, do CPC**).

Ficam as partes advertidas de que **o comparecimento para a audiência de conciliação acompanhadas de advogados é obrigatório (art. 334, §9º, do CPC)** e que poderão constituir representante com poderes para negociar e transigir, desde que por meio de procuração específica (**art. 334, §10, do CPC**).

Intimem-se as partes e patronos, observando a escrivania o disposto no **art.334, capute § 3º, do CPC**, que determina a citação da parte requerida com pelo menos 20 dias de antecedência da audiência designada, bem como que a intimação da parte autora deverá ser realizada na pessoa de seu advogado.

Aracaju/SE, 1 de outubro de 2019.



Documento assinado eletronicamente por **Rômulo Dantas Brandão, Juiz(a) de Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito**, em 02/10/2019, às 10:35:47, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico [www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos](http://www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos), mediante preenchimento do número de consulta pública **2019002520394-48**.

---



**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU**  
**Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470**  
**Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

**PROCESSO:**

201940601494

**DATA:**

08/10/2019

**MOVIMENTO:**

Certidão

**DESCRIÇÃO:**

CERTIFICO e dou fé que, a partir de 26/09/2019, se faz mas necessária a remessa dos autos ao CEJUSC para designação de audiência diretamente na pauta do referido setor, que também ficará responsável pela gestão integral de suas pautas e expedição de todas as comunicações e demais atos processuais necessários à sua realização, conforme Portaria Normativa GP1 nº 29/2019 GP1, razão pela qual procedi à remessa dos autos ao CEJUSC, em que pese constar da decisão retro que é desnecessário o envio dos autos ao referido setor.

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Não



Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU  
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470  
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

**PROCESSO:**

201940601494

**DATA:**

08/10/2019

**MOVIMENTO:**

Remessa

**DESCRIÇÃO:**

Feito remetido para o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Comarca de Aracaju (Cejusc)-  
Fórum Gumersindo Bessa.

**LOCALIZAÇÃO:**

Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania de Aracaju

**PUBLICAÇÃO:**

Não



Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU  
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470  
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

**PROCESSO:**

201940601494

**DATA:**

08/10/2019

**MOVIMENTO:**

Recebimento

**DESCRIÇÃO:**

**LOCALIZAÇÃO:**

Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania de Aracaju

**PUBLICAÇÃO:**

Não



Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU  
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470  
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

**PROCESSO:**

201940601494

**DATA:**

14/10/2019

**MOVIMENTO:**

Audiência

**DESCRIÇÃO:**

<br/> Audiência de Conciliação/Mediação - Art 334 do CPC designada para o dia 27/11/2019, às 12h:15min, a ser realizada no(a) Fórum Gumersindo Bessa, na sala de audiências do CEJUSC PROCESSUAL: FGB - Pauta Conciliação/Mediação PROCESSUAL 03.

**LOCALIZAÇÃO:**

Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania de Aracaju

**PUBLICAÇÃO:**

Sim





Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU  
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470  
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

**PROCESSO:**

201940601494

**DATA:**

14/10/2019

**MOVIMENTO:**

Ato Ordinatório

**DESCRIÇÃO:**

Considera-se intimado(a) a parte autora através de seu patrono, via DJE, em conformidade com o art. 334, § 3º do novo CPC, da audiência a ser realizada.

**LOCALIZAÇÃO:**

Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania de Aracaju

**PUBLICAÇÃO:**

Sim



**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU**  
**Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470**  
**Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

**PROCESSO:**

201940601494

**DATA:**

14/10/2019

**MOVIMENTO:**

Expedição de Documento

**DESCRIÇÃO:**

Mandado de número 201940605398 do tipo (NCPC) - Mandado Citação e Intimação - Procedimento Comum - audiência [TM4145,MD150] <br/><br/> {Destinatário(a): SEGURADORA LÍDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A}

**LOCALIZAÇÃO:**

Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania de Aracaju

**PUBLICAÇÃO:**

Não



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE  
Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania de  
Aracaju  
Av. Pres. Tancredo Neves, S/N  
Bairro - Capucho Cidade - Aracaju  
Cep - 49080-901 Telefone - 3226-3552/3711

Normal(Justiça Gratuita)



201940605398

PROCESSO: 201940601494 (Eletrônico)  
NÚMERO ÚNICO: 0050449-25.2019.8.25.0001  
NATUREZA: Procedimento Comum Cível  
REQUERENTE: CRISTIANO SOUZA DA SILVA  
REQUERIDO: SEGURADORA LÍDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

### CARTA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO

Prezado(a) Senhor(a),

Através da presente, fica Vossa Senhoria **CITADO(A)** para a audiência de Conciliação ou de Mediação na forma do Art. 334, para a finalidade abaixo transcrita.

**Finalidade:** Comparecer a este Juízo para audiência de Conciliação ou de Mediação, de acordo com Arts. 334 e 344 do CPC. Não havendo autocomposição, o prazo para a contestação, 15 (quinze) dias, será contado na forma do Art. 335 do CPC. Fica advertido(a) que deverá comparecer a referida audiência acompanhado(a) de advogado(a) ou defensor(a) público(a).

**Despacho:** Cite-se e intime-se a ré para comparecer à aludida audiência, ficando cientes que, em caso de desinteresse na autocomposição, deverão informar a este Juízo em até 10 (dez) dias antes da realização do ato, sendo obrigatória a manifestação de todos os litisconsortes (art. 334, §§ 5º e 6º, CPC). Em havendo a anuência quanto à realização da audiência, mas não chegando as partes ao acordo, o prazo para resposta, que será de 15 (quinze) dias, iniciar-se-á no dia seguinte à audiência (art. 335, caput e inciso I, do CPC). Na hipótese de não haver audiência por desinteresse das partes ou por não ser admitida a autocomposição (art. 334, § 4º do CPC), o prazo para resposta terá como termo inicial o dia do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação/mediação ou nos termos do art. 231 do CPC (art. 335 do CPC). Observem as partes que a ausência injustificada à audiência de conciliação/mediação, será considerada ato atentatório à dignidade da justiça cabendo aplicação de multa de até 2% (dois por cento) da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa a ser revertida em favor da União ou do Estado (art. 334, §8º, do CPC). Ficam as partes advertidas de que o comparecimento para a audiência de conciliação acompanhadas de advogados é obrigatório (art. 334, §9º, do CPC) e que poderão constituir representante com poderes para negociar e transigir, desde que por meio de procuração específica (art. 334, §10, do CPC). Intimem-se as partes e patronos, observando a escrivania o disposto no art.334, caput e § 3º, do CPC, que determina a citação da parte requerida com pelo menos 20 dias de antecedência da audiência designada, bem como que a intimação da parte autora deverá ser realizada na pessoa de seu advogado.

**Data e horário da audiência:** 27/11/2019 às 12:15:00, **Local:** CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS E CIDADANIA, SALA 03, NO FÓRUM GUMERSINDO BESSA-BAIRRO CAPUCHO, AV. TANCREDO NEVES S/N ARACAJU

**Advertência:** O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado.

#### Qualificação da parte ré:

**Nome:** SEGURADORA LÍDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
**Residência:** Rua da Assembléia, Edf. City Tower, 16º andar, 100  
**Bairro:** Centro  
**CEP:** 20011000  
**Cidade:** Rio de Janeiro - RJ - RJ

Ilmº (a) Sr(a)

**Nome:** SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

**Residência:** Rua da Assembléia, Edif. City Tower, 16º andar, 100

**Bairro:** Centro

**CEP:** 20011000

**Cidade:** Rio de Janeiro - RJ - RJ

[TM4145, MD150]



Documento assinado eletronicamente por **Ivonete dos Santos de Almeida, Escrivão/Chefe de Secretaria/Secretário/Subsecretário de Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania de Aracaju**, em **14/10/2019, às 12:35:14**, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico [www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos](http://www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos), mediante preenchimento do número de consulta pública **2019002632154-20**.